



Transinformação

ISSN: 0103-3786

transinfo@puc-campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de

Campinas

Brasil

de Azevedo, Marco Antônio; Marteleto, Regina Maria
Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em ambiente
comunitário
Transinformação, vol. 20, núm. 3, diciembre, 2008, pp. 273-284
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384334803006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em ambiente comunitário¹

Information and public safety: the construction of social knowledge in community environment

Marco Antônio de AZEVEDO²

Regina Maria MARTELETO³

RESUMO

A pesquisa que aqui se relata objetivou descrever processos de construção do conhecimento social em ambientes comunitários. Foram tomadas como objeto de estudo as “práticas informacionais” sobre segurança pública que se desenrolam num Conselho Comunitário de Segurança Pública de Belo Horizonte (MG), considerado como um campo de busca, uso, mediação e construção de informações. Tratada como uma construção social e estudada com os recursos das ciências humanas e sociais, como propõe a “antropologia da informação”, que considera que o desenrolar dos processos informacionais só podem ser bem compreendidos quando o contexto cultural é levado em conta, buscou-se identificar a variedade de informações trocadas, o significado que assumem para os participantes e os diversos pontos de vista que as justificam e legitimam. Observou-se, com base na teoria dos campos sociais, as “disputas simbólicas” e, com o intuito de produzir uma “descrição densa” nos moldes propostos pela antropologia interpretativa, utilizou-se a perspectiva da hermenêutica dialética, que procura articular compreensão (consenso) e crítica (conflito) para compreender a realidade social. Os resultados evidenciaram diferentes maneiras de conceber a segurança pública e que a informação, um modo de comunicação de experiências, é objeto de disputas, que configuram um “campo informacional” específico. Diversos pólos informacionais entram em conflito e dificuldades para o compartilhamento de informações são instauradas, caracterizando um fenômeno denominado “vazio informacional”.

Palavras-chave: construção social da informação; conhecimento social; segurança pública; policiamento comunitário; Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consep).

ABSTRACT

The research reported here had the objective to describe the process of social knowledge construction in community environments. The focus of inquiry was centered in the “informational practices” on public safety that took place

¹ Artigo baseado na tese de doutoramento: AZEVEDO, M.A. *Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em ambiente comunitário*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2006. Orientadora: Profa. Dra. Regina Maria Marteleto.

² Docente, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 12, 2º andar, Coração Eucarístico, 30535-610, Belo Horizonte, MG, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: M.A. AZEVEDO. E-mail: <mantonio@pucminas.br>.

³ Docente, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Av. Brasil, 4365, Manguinhos, 21040-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: <regina.mar@terra.com.br>. Recebido em 23/1/2008 e aceito para publicação em 24/3/2008.

in a Community Counsel of Public Safety in Belo Horizonte (MG), which was considered as a site for search, use, mediation and construction of information. Treated as a social construction and studied using resources of the human and social sciences, as proposed by the "anthropology of information", which considers that the unfolding of informational processes can only be understood within a cultural context, an attempt was made to identify the variety of information exchanged, the meaning they take on for the participants and the diversity of points of view they justify and legitimate. Based on the theory of social fields, the "symbolic disputes" were observed, and, with the intention to produce a "thick description" as proposed by the interpretive anthropology, a hermeneutic dialect perspective was used, as a means of articulating the comprehension (consensus) and critique (conflict) to understand the social reality. The results showed evidences in different manners to conceive public safety, and that information, a way to communicate experiences, is the object of disputes that configured a specific "informational field". Diverse informational poles get into conflict generating difficulties to share information, a condition which was named "informational emptiness".

Keywords: construction of social information; social knowledge; public safety; community police; Community Counsels of Public Safety (Consep).

INTRODUÇÃO

O aumento da violência e da criminalidade nas grandes cidades tem incomodado todos os níveis e setores da sociedade brasileira, exigindo, das autoridades governamentais e dos gestores dos órgãos ligados ao sistema de segurança pública, a busca de alternativas inovadoras de atuação e trabalho visando controlar o problema. Dentre esses órgãos, talvez pela sua maior visibilidade no policiamento ostensivo, a PM (Polícia Militar) é a primeira e a mais diretamente cobrada e questionada pela sociedade. Essa cobrança, justificada por maus resultados práticos das ações de polícia no controle da criminalidade, parece ter desencadeado dentro das corporações, tradicionalmente fechadas ao controle social, um processo de rediscussão de seu papel junto à sociedade.

Em alguns Estados mais afetados pelo crescimento da violência, há sinais de que, não sem resistências e conflitos, poderia estar surgindo uma "nova polícia", mais bem preparada, sobretudo para se relacionar com os cidadãos no contexto de uma sociedade democrática.

Esse processo de mudança institucional é acompanhado por uma série de ações administrativas, dentre as quais se podem destacar os investimentos em tecnologia da informação, o desenvolvimento de "sistemas de informação georeferenciados" (SIG) das ocorrências, a reformulação e a ampliação dos cursos de formação profissional, a adoção de novas práticas de gestão de recursos humanos e a busca de aproximação com a sociedade civil, que se dá, principalmente, por meio da criação dos "conselhos comunitários de segurança pública" (Consep).

Nesse contexto, procurou-se, do ponto de vista informacional, construir um objeto de pesquisa com base em algumas constatações e questionamentos fundamentais. Primeiro, há uma enorme quantidade de dados e "informações estatísticas georeferenciadas" (IEG) produzidas pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) sobre a criminalidade violenta em Belo Horizonte (MG). Segundo, há um grande desafio, que é a implantação e a consolidação do modelo de policiamento comunitário na cidade. Pergunta-se, então: de que modo os aparatos técnicos e dispositivos informacionais têm contribuído para a implantação e consolidação do modelo de policiamento comunitário? Qual é a participação dos cidadãos na reorientação das políticas e práticas de segurança pública? Que práticas de informação são produzidas na aproximação da polícia e da sociedade nos embates e ações dos Conseps?

Assim, a pesquisa que aqui se relata teve por objetivo geral identificar, compreender e descrever processos interpretativos no cotidiano de uma comunidade de usuários-receptores de informação. Focalizou a "informação em movimento" ou a "informação em processo de comunicação", sendo utilizada por sujeitos sócio-históricos que tentam organizar-se para superar problemas comuns.

CONSEP, ATORES SOCIAIS E PRÁTICAS DE INFORMAÇÃO

A partir dessas questões e pressupostos, as práticas informacionais que têm lugar num determinado

Consep de Belo Horizonte⁴ configuraram-se como um objeto de pesquisa, uma vez que esses conselhos comunitários caracterizam-se como campo específico de busca, uso, mediação e produção de informações sobre criminalidade e segurança pública. Por essa razão, podem ser abordados como um *locus* privilegiado de pesquisa das práticas informacionais inseridas num contexto de ações comunicativas que ocorrem entre os membros da comunidade e a polícia, implicando selecionar, produzir e intercambiar informações, tanto as produzidas pelo poder público, quanto as que são geradas pela população nas suas leituras, vivências e enfrentamentos de situações de violência e criminalidade.

Os Conseps podem ser descritos como organizações comunitárias emergentes, cuja criação foi estimulada pela PMMG, representando um elemento de vital importância para a implantação e consolidação dos programas de policiamento comunitário na capital do estado de Minas Gerais. Ainda que enfrentando múltiplas dificuldades, consegue reunir presidentes de associações de bairros, comerciantes, moradores, religiosos, professores, enfim, significativa parcela da comunidade, policiais civis e militares e outros representantes do poder público para discutir problemas e encaminhar ações visando à segurança local.

Os conselhos comunitários assumem um significado muito particular, na medida em que a participação popular no campo da segurança pública é rara e frágil em nossa sociedade. Enquanto as políticas públicas para as áreas da saúde, educação e assistência social são tratadas na Constituição Federal Brasileira de maneira integrada e com ações que dependem da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, de abordagens preventivas e, sobretudo, da participação da comunidade organizada, o mesmo não ocorre com a segurança. Nos termos da Constituição, a segurança pública é abordada mais como defesa das instituições do Estado, do que como direito da população.

Durante o ano de 2001, quando se iniciou o processo de criação do policiamento comunitário em

Belo Horizonte, foram criados 25 Conseps. Para Beato Filho (2002), o fato é expressão de um sentimento das autoridades de que é preciso modificar profundamente as polícias. Os objetivos mais imediatos do policiamento comunitário são: aumentar a sensação de segurança subjetiva da população, incrementar a confiança em relação à polícia e contribuir para o controle da criminalidade. São criados mecanismos de consulta comunitária, utilizadas técnicas de solução de problemas e estratégias preventivas, visando aumentar o grau de envolvimento da comunidade nos processos de tomada de decisão dos policiais, num processo de co-gestão da segurança pública local.

Decorrem desse processo algumas vantagens importantes, dentre as quais o destaque do papel da polícia como agente de controle, na medida em que toma como base para sua atuação as normas informais da própria comunidade que, usuária do serviço público policial, é encarada como um agente participante a ser escutado, assumindo um papel estratégico e orientador da ação policial.

Nessa perspectiva, a análise das práticas informacionais nos ambientes comunitários levou em conta os objetivos do Consep, fundamentalmente aqueles ligados à implantação e consolidação do policiamento comunitário. Perguntou-se: que informações são trocadas nas reuniões do Consep? Que significados assumem para os diferentes participantes? Que pontos de vista as justificam e as legitimam? De que forma essas informações podem orientar políticas e práticas de policiamento comunitário?

Essas questões orientaram os passos metodológicos para a interpretação dos modos como a informação é socialmente construída no cotidiano de uma comunidade, com vistas a produzir soluções de problemas ligados à segurança e ações de policiamento local. O foco interpretativo procurou combinar compreensão e crítica para o estudo da informação ligada ao conhecimento prático e aos saberes locais produzidos em ambientes comunitários contemporâneos que, de maneiras muito diversificadas, vêm renovando

⁴ A escolha do Consep da 17ª CPM (Companhia de Polícia Militar), que comprehende dez bairros e cinco aglomerados da região da Pampulha, em Belo Horizonte (MG), baseou-se na opinião de oficiais cujo trabalho está diretamente ligado à implantação do programa de policiamento comunitário e no reconhecimento que possui dentro do Estado Maior da PMMG. É considerado como aquele que tem melhor funcionado e conseguido melhores resultados na cidade. Além disso, levou-se em conta que o BPM (Batalhão de Polícia Militar) ao qual esse Consep está ligado, é apontado como o que mais de perto e interessadamente tem acompanhado o processo de implantação dos conselhos comunitários na cidade

e recriando os espaços dos movimentos sociais das décadas anteriores à instauração do Estado neoliberal.

A POLÍCIA MODERNA E O SURGIMENTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Os estudiosos, em geral, concordam que a polícia moderna pode ser caracterizada, em primeiro lugar, como “profissional”, pois visa à neutralidade e à imparcialidade e, em segundo lugar, como “quase-militar”, pois objetiva a disciplina. Munida desses atributos, procura manter a ordem pública por meio da ação racional-legal, com base no cumprimento da lei, num modelo de “ordem sob a lei”, que procura equacionar um paradoxo: se por um lado é necessário concentrar poder simbólico e instrumental nas mãos do policial, por outro lado, é necessário restringir o uso desse poder. (Paixão, 1983, 1988, 1991a, 1991b; Pinheiro, 1991; Souza, 1999; Lemgruber, Musumeci, Cano, 2003)

Tal modelo representa uma tentativa de ordenamento e controle racional da atividade policial, visando superar problemas históricos ligados à generalizada arbitrariedade em relação às classes subalternas, desvios de conduta e abusos por parte de policiais. Entretanto tanto a busca de neutralidade como o controle hierárquico, ao longo do tempo, mostraram-se pouco efetivos. Por razões inerentes a esse tipo de trabalho, a prática policial é difícil de ser controlada e a polícia goza de grande liberdade para exercer suas funções.

O poder discricionário é um recurso largamente utilizado pelos policiais no exercício de suas funções, pois, embora a sua atividade esteja prevista na lei, a prática cotidiana os conduz ao envolvimento com inúmeras situações imprevistas, e que não se enquadram no código legal. Em última análise, a polícia atua com grande margem de autonomia e tem resistido, historicamente, às tentativas de reforma e de controle externo.

Do ponto de vista operacional, a polícia moderna tem funcionado com base num modelo de atuação que pode ser caracterizado como “reativo”, ou seja, a ação policial é desencadeada a partir de uma ocorrência e de um pedido ou chamada por parte da população. Embora exista, nesse modelo, a vantagem da ação policial só ocorrer a partir de um

pedido da comunidade, que a legitima, tem como desvantagem o fato de não evitar o delito. Pode-se dizer que é um modelo bastante ineficiente do ponto de vista preventivo, pois a polícia, invariavelmente, chega muito depois do acontecimento delituoso, quando o ofensor já se encontra longe do local.

Nos Estados Unidos, o aumento da criminalidade violenta e o medo nos grandes centros urbanos motivaram a realização de uma série de experimentos, que foram desenvolvidos e avaliados fora dos departamentos de polícia. Tais medidas revelaram que os policiais passam a maior parte de seu tempo envolvidos em atividades ligadas à resolução de pequenos conflitos, nas quais a violência é apenas um componente potencial, e na prestação de serviços de natureza assistencial. Descobriu-se que raramente o policial usa a sua arma em serviço, e que a imagem veiculada pela grande mídia, de um profissional a todo momento envolvido com crimes e bandidos, tem pouco a ver com a realidade. Ao contrário do estereótipo midiático, na maior parte do tempo os policiais relacionam-se com pessoas comuns e precisam resolver problemas que envolvem diálogo e negociação, e não propriamente o uso da força e das armas.

Assim, a questão mais central - e que parece permear toda a problemática sobre a atuação policial -, parece estar ligada ao fato de que a polícia modernizou-se, mas não modificou sua percepção quanto aos agentes da criminalidade. O foco principal de sua atenção sempre se concentrou na marginalidade social, nas chamadas “classes perigosas”. (Paixão, 1988)

Tanto a busca de legitimação das ações policiais junto aos grupos dominantes, quanto a postura de imparcialidade e neutralidade diante da sociedade, são representadas pelo enunciado que diz que “bandido não tem estrela na testa”, motivo pelo qual todo e qualquer cidadão é, em princípio, um suspeito. Por outro lado, como a atividade policial é essencialmente política, essa imparcialidade e neutralidade não são possíveis e a polícia acaba por privilegiar os mais pobres, como alvo de suspeitas e, consequentemente, de suas ações repressivas. De um modo geral, a polícia é temida e suscita sentimentos ambíguos em todas as classes sociais e, em razão do modelo de organização e operação adotado, incorreu num perigoso afastamento da população, uma das razões apontadas para o crescimento do crime nas ruas.

Talvez em função dessas circunstâncias, a história das instituições criadas para manutenção e controle da ordem social tem revelado que, desde os primórdios da sociedade moderna, as formas e modelos encontrados para preservação da paz e da ordem sempre estiveram associados ao uso da coerção e da força. Coincidentemente ou não, ainda não se conseguiu pleno sucesso, o que sugere que esses instrumentos de regulação do comportamento desviante e tratamento dos transgressores não têm sido eficazes. Assim, pode-se dizer que a sociedade ainda não conseguiu construir um modelo adequado de controle social e, também, que nossa cultura nunca dissociou controle social de coerção pela força.

Atualmente, quando são buscadas novas alternativas em segurança pública, capazes de fazer frente ao aumento crescente da criminalidade violenta, há um entendimento de que a aproximação com a comunidade e a adoção de práticas de inteligência e conhecimento focalizadas na identificação dos eventos típicos, no entendimento dos contextos e das condições facilitadoras da criminalidade na região onde ocorreram, são passos fundamentais para o sucesso no controle da criminalidade. Faz-se necessário superar formas violentas e truculentas de ação, o que implica uma nova inteligência policial, capaz de articular atividades preventivas e repressivas, vigilância e investigação, num trabalho que pressupõe a atuação conjunta das polícias militar e civil e a participação efetiva da comunidade.

A INFORMAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Para estudar as questões de segurança pública pelo foco informacional, nesta pesquisa a informação é abordada como um fenômeno intimamente relacionado ao conhecimento, à interação e à comunicação, sendo produto de uma construção social que ocorre num contexto cultural-histórico-político, marcado por diferenças e disputas de classe, não só de natureza econômica e material, mas também simbólica.

Dentre os três paradigmas epistemológicos da Ciência da Informação (CI) propostos por Capurro (2003) – o físico, o cognitivo e o pragmático-social – esse último revela que o estudo do fenômeno informacional implica um processo interpretativo, no qual o papel do sujeito sócio-histórico é fundamental,

o que permite entrever uma trajetória histórico-epistemológica na qual a informação, para além de sua materialidade física, assume um caráter antropológico, como fenômeno intimamente ligado à cultura.

Shera (1968, 1977), que trabalhou na constituição de uma disciplina cujo objetivo fosse a organização dos registros do conhecimento tendo em vista sua plena utilização, referia-se a uma “epistemologia social”, querendo com essa expressão referir-se ao fato de que as tentativas de organização do conhecimento são condicionadas pelo espírito da época. A informação seria, então, um elo (mediador) entre a cultura e o indivíduo e vice-versa e, consequentemente, um elemento de manutenção e construção de uma determinada estrutura social. Ao refletir sobre o papel social das bibliotecas, Serra (1977) expressa sua concepção antropológica de informação, relacionando-a com a comunicação, nesse caso na forma de um “transcrito social”:

Com esse autor, chega-se à compreensão de que os diversos modos de disseminação, comunicação e uso da informação influenciam o comportamento dos grupos sociais, modelando o seu entendimento cognitivo da realidade. Segundo Serra (1977), ficam evidenciadas as relações da epistemologia social com a semântica (ou semiótica), pois tanto o conhecimento quanto o conhecimento do conhecimento são transmitidos e disseminados por intermédio de um meio simbólico.

Segundo Capurro (2003), a teoria crítica e, mais particularmente, a hermenêutica vão proporcionar um novo marco epistemológico para o paradigma social da CI, sobretudo porque, nessa perspectiva, as diferentes “comunidades de interpretação” desenvolvem diferentes critérios de seleção e relevância para as informações. Na verdade, são essas comunidades, como “sujeitos cognoscentes sociais”, que vão dizer, segundo seus próprios critérios, o que é ou deixa de ser informação, num processo sócio-histórico que determinará, em grande medida, aquilo que tem ou deixa de ter sentido em diferentes contextos.

Referindo-se ao paradigma social da CI, Capurro (2003, p.9) afirma que “a primeira conseqüência prática desse paradigma é o de abandonar a busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal

para modelar a recuperação da informação, como aspiram o paradigma físico e o cognitivo". No lugar de uma "teoria da informação", trata-se de uma "teoria das mensagens" ou de "oferta de sentido", na qual o usuário ou uma comunidade de usuários vai exercer um papel ativo, selecionando as informações a partir de um processo de compreensão e interpretação, numa atividade que "procede não só de sua consciência ou de seus modelos mentais", mas de "seus conhecimentos e interesses prévios" que "estão entrelaçados na rede social e pragmática que lhes dá sustentação" (Capurro, Hjørland, 2003, p. 17).

Nesse sentido, Capurro e Hjørland (2003) observam que os usos que se fazem modernamente do termo *informação* encontram-se num período inconcluso, de transição do sentido clássico de "moldar a substância", "dar forma" e, portanto, "representar", para um sentido mais próximo à idéia de "interpretação".

Pode-se dizer que, com Capurro e Hjørland (2003), dentre outros autores, as propostas iniciais de Shera e Egan de construção de uma epistemologia ou cognição social vão ganhando corpo. Os autores têm o mérito de trazer arcabouços teórico-conceituais das ciências sociais para o interior da CI, embora de uma maneira ainda muito influenciada pelo funcionalismo, sobretudo porque não chegam a aprofundar as questões de natureza sócio-históricas e políticas fortemente presentes nos processos info-comunicacionais contemporâneos.

González de Gómez (1999, 2000), por outro lado, lembra a necessidade de se discutirem não só a natureza política da informação, mas também questões sobre uma política (no sentido distributivo) de informação. Isso significa introduzir a questão do poder nesse debate. A autora chama a atenção para a pluralidade das "ações de informação", que antecipam a aceitação de algo como informação, trabalhando com a idéia de "estratificação da informação" e de "regime da informação", para abordar as incertezas que podem decorrer de processos de gerenciamento da informação e das práticas informacionais, devidas às diferenças verificadas no contexto das relações sociais.

Segundo González de Gómez (1984), a CI tende a ignorar a possibilidade de a informação, por não entendimento ou sobrecarga informacional, por

exemplo, ser geradora, mais do que eliminadora de incertezas. Expressão de uma influência naturalista, essa limitação, ainda muito presente na CI e no tratamento dos fenômenos e questões informacionais de um modo geral, concebe as ações do sujeito fora de seu contexto histórico, desvinculadas da realidade sociopolítica. Assim, não são consideradas as possibilidades da informação ser geradora de incertezas, ou seja, aquilo que possibilita a percepção de problemas e dos limites da consciência prévia sobre uma determinada realidade.

Depreende-se desses argumentos que é de fundamental importância considerar que as práticas informacionais e comunicacionais, ligadas à transmissão de conhecimentos, são organizadas desigualmente, tanto em termos de condições lógicas e cognitivas, como em termos de condições materiais e sociais; desde condições físicas e energéticas de arquivos e canais, até as condições culturais, econômicas e políticas. Os "sistemas de informação" (SIs), na realidade, reproduzem o conhecimento social e são capazes de interferir na produção (ou reprodução) desses conhecimentos, construindo um discurso meta-informacional que tende a gerenciar e controlar o discurso do campo no qual se insere.

Nesse sentido, a maior parte dos trabalhos na CI incorre em duas limitações principais. Primeiro, de considerar o sujeito do conhecimento como um ente universal e a-histórico, ressaltando mais a sua dimensão psicológica e individual, em detrimento de seus atributos culturais, sociais e suas ações coletivas. Segundo, não conferir papel significativo ao caráter social do conhecimento, e de que cada grupo social constrói uma consciência comum que estrutura suas práticas informacionais. Epistemologicamente, identificam-se duas tendências básicas na CI, que reforçam as limitações acima apontadas: tratar naturalisticamente a dispersão da informação; tomá-la como positividade, ou seja, como "coisa" (González de Gómez, 1984).

Por causa do caráter estratificado ou seletivo daquilo que se considera informação, concebem-se os SIs, de um modo geral, e os sistemas de recuperação de informação, mais particularmente, como resultado do equacionamento de demandas particulares de informações, com critérios sociais institucionalizados que estabelecem o estatuto e as hierarquias das diversas formas de conhecimento.

Isso quer dizer que o sujeito (usuário-gerador ou produtor) da informação não é produto de mecanismos biológicos e deterministas, mas assume um caráter sócio-histórico, no qual se constitui a partir dos interesses, conflitos e contradições próprios de sua classe ou grupo social, ou seja, politicamente.

González de Gómez (1999, p. 8) refere-se a “uma grande assimetria nas arquiteturas que modelam esses estratos” e considera que “um dos grandes desafios da pesquisa na área, resultantes do caráter poli-epistemológico do domínio, é o de desenvolver programas e estratégias de pesquisa articulando os modos de conhecimento específicos de cada estrato” (González de Gómez, 2000, p.4).

Essa revisão bibliográfica conduziu, portanto, ao entendimento de que práticas informacionais são um trabalho permanente de contextualização do conhecimento diante de situações concretas, ou seja, o valor de uma informação não se define *a priori*, mas a partir de uma demanda situacional, de um determinado grupo, num determinado contexto ou situação sócio-histórica. Tudo depende, em boa medida, de como e de onde as situações têm sido abordadas e problematizadas e implica um trabalho de interpretação que é feito de diferentes perspectivas: tanto por parte de produtores, como de mediadores e de usuários ou receptores das informações e em diferentes domínios da cultura.

É necessário dizer, no entanto, que esse processo não se realiza de uma maneira linear, harmoniosa e/ou consensual, pois traz em seu bojo conflitos e disputas que têm lugar no campo do simbólico. Trata-se, portanto, de politizar um pouco mais a discussão, trazendo à tona as idéias de poder, desigualdade, conflito social e disputa simbólica.

ANTROPOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nesse solo de reflexões ganhou um sentido muito particular a antropologia da informação, um eixo investigativo que centra suas questões na problemática da produção, distribuição e organização da informação, como caminho para o exercício da cidadania. A noção de “cultura informacional” refere-se ao modelo ocidental de conhecimento, no qual podem-se distinguir produtores, mediadores e receptores de informações, agindo num mercado de bens

simbólicos, no qual os conhecimentos e as informações (bens culturais) têm pesos diferenciados.

Sustentando-se na sociologia da cultura e do conhecimento de Bourdieu, Martelete (2002) parte do pressuposto de que toda forma de conhecimento é social e historicamente condicionada e considera, em cada situação social determinada, a emergência, nos discursos e pontos de vista, de diferentes significados que tentam angariar reconhecimento. Assim, as lutas simbólicas entre as formas de conhecer e nomear a realidade são tão diversas quanto as condições sociais, econômicas e culturais de seus porta-vozes.

Para estudar as questões informacionais, faz-se necessário olhar, então, para o mundo social, pois é nele que els se fazem presentes nos mais diferentes discursos, expressando diferentes cosmovisões (representações) da realidade (Martelete, 2002). Considera-se que o conhecimento social (ou senso comum) não é apenas uma apreensão casual da realidade, mas “uma sabedoria coloquial que julga e avalia essa realidade” e, com base na antropologia interpretativa proposta por Geertz (2003), assume-se que o senso comum elabora discursos, sentidos e informações “que conformam um sistema cultural”. Este, mesmo não sendo bem integrado nos mesmos termos da cultura erudita, tem valor e legitima-se pela experiência concreta de vida.

A cultura informacional não está referida a um todo homogêneo, e sim à existência de um embate entre diversas formas de conhecimento, produzidas por diferentes tipos de vivência e experiência com a realidade. Pensa-se em circularidade da cultura e em hibridização de conhecimentos, e pergunta-se sobre os modos de instaurar ações de entendimento entre as diferentes formas de conhecimento, sem que uma se submeta à lógica da outra.

Por outro lado, observa-se, também, que a ideologia tem-se tornado um poderoso meio de produção de sentidos consensuais, sobretudo nas sociedades de massa, onde não se pode mais distinguir com clareza as diferenças culturais (ligadas aos diferentes modos de vida) e salienta-se que, no contexto da disputa simbólica, é importante ter como estratégia ações coletivas de produção de conhecimentos que sejam capazes de ver além daquilo que a ideologia tende a obscurecer.

A presença maciça da tecnologia, por outro lado, trouxe a abundância da informação, sobretudo naquilo que tem sido chamado de realidade virtual, mas não superou, de um ponto de vista político, uma permanente redundância, o que deve ser entendido como uma referência ao discurso hegemônico e ideológico do neoliberalismo. Isso quer dizer que a sociedade passou a absorver muita informação, porém sem gerar respostas, e o indivíduo, atomizado, somente alcança expressão no domínio privado, individual e, portanto, como consumidor. Expressar-se como consumidor, porém, não é a mesma coisa que expressar-se como cidadão.

Lembrando Santos (2001), quando diz que a ciência moderna, ao construir-se - até por necessidade e circunstâncias históricas -, em oposição ao senso comum, acabou por subtrair ao cidadão comum algumas possibilidades de participação cívica na construção de um entendimento do mundo e de regras efetivas de (boa) convivência social, a antropologia da informação vê, nos movimentos organizados da sociedade civil, espaços temporais de estranhamento e composição entre diferentes formas de conhecimento visando à transformação social. A importância dessas "comunidades interpretativas" aumenta quando se admite que "a rapidez, a profundidade e a imprevisibilidade de algumas transformações recentes conferem ao tempo presente uma característica nova: a realidade parece ter tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria" (Santos, 2001, p.18).

Ao focalizar o conhecimento social ou o conhecimento nascido da prática cotidiana das pessoas que, ao reunirem-se em grupos mais ou menos organizados, tentam encontrar, pelo debate, pela discussão e com auxílio da informação, soluções para seus problemas, a antropologia da informação - inspirada no conceito de "construção compartilhada do conhecimento", nascido nos movimentos de educação popular -, elabora a noção de "terceiro conhecimento", como base teórica e metodológica para abordar as questões informacionais (Marteleto; Valla, 2003).

A noção de "terceiro conhecimento" (Marteleto, 1998, 2000) designa um modo específico de mediação que tende a integrar as diversas formas de conhecimento divergentes, priorizando a resolução de problemas concretos da vida cotidiana. Pode-se dizer, ainda, que é um modo específico de uso da informação que

estabelece, pelo diálogo, perspectivas inovadoras de lidar com a realidade a partir de uma pluralidade de discursos, com base na admissão de pontos de interesses e objetivos comuns.

As formas de conhecimento têm caráter social e enraizamento histórico, contextual e político. O senso comum - saber derivado do mundo vivido, das práticas, da experiência, do convívio -, toma parte nas disputas simbólicas que se travam na sociedade em torno do poder de enunciar, classificar e nomear a realidade, tanto quanto outras formas mais sistematizadas de saber, como a ciência, a arte, a literatura, a política e o direito. É o que Bourdieu denomina de "lutas pelo poder simbólico" (Marteleto, 2002, p.79).

Entende-se que, na atual sociedade da informação, é de fundamental importância (re)discutir e (re)colocar o papel do conhecimento popular, razão pela qual os movimentos sociais e comunitários, como movimentos de luta por cidadania, constituem-se como locais privilegiados de pesquisa empírica para as perguntas da informação.

CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO OBJETO DE PESQUISA

Atentando para a advertência de Bourdieu (2002), quando diz que a construção do objeto de pesquisa é a operação mais importante e também a mais ignorada da investigação social, tomou-se, neste trabalho, um cuidado especial com essa questão. Na verdade, o processo de pesquisa consiste em definir e redefinir um objeto, realizando um aprofundamento teórico-crítico que permita desvendar dimensões não pensadas acerca da realidade.

A revisão bibliográfica sobre o fenômeno informacional orientou o foco da investigação para identificação e descrição de processos interpretativos de uma comunidade de produtores-usuários-receptores da informação. Isso quer dizer que a metodologia mais adequada é a qualitativa, pois admite que o objeto de estudo é complexo, contraditório, inacabado e está em permanente transformação (Minayo, 1992). Entende-se, nessa perspectiva, que a realidade social só pode ser apreendida por aproximação, e é mais rica do que qualquer teoria que se tente elaborar sobre ela. Nesse caso, o pesquisador não pode pretender esgotar um

tema, mas avizinhar-se de situações por meio de uma descrição atenta e criteriosa.

Empregaram-se três eixos metodológicos. O primeiro leva em conta o caráter sócio-histórico das práticas informacionais e constitui o mais importante recurso utilizado – o método interpretativo –, tendo como principal referência a hermenêutica-dialética, tal como estudada por Minayo (2002). O segundo, como um complemento ao primeiro eixo, e em função da definição da informação como artefato cultural, focaliza alguns princípios e orientações próprios do método etnográfico, mais especificamente aquilo que Geertz (1978) chamou de “descrição densa”, em sua antropologia interpretativa. O terceiro eixo utiliza contribuições de Bourdieu (2002) para a reflexão e análise dos processos de construção da informação no contexto de um campo estruturado de disputas simbólicas e, ao mesmo tempo, estruturador (ou estruturante) das práticas informacionais. Assim, as instituições e as organizações sociais são espaços de lutas que reproduzem e contribuem para reproduzir o ambiente social abrangente.

Na pesquisa de natureza qualitativa, considerase, ainda, que a principal fonte de dados é o ambiente natural e que o mais relevante instrumento da investigação é o próprio pesquisador, razões pelas quais deve-se ir ao local do universo pesquisado a fim de tomar contato com o contexto no qual se desenrolam as ações. Essa presença tem grande importância na determinação dos fenômenos observados, uma vez que, sem contextualização, não é possível interpretar os significados de atos, palavras ou gestos (Bogdan; Biklen, 1994).

O termo chave da hermenêutica é “compreensão”, ou seja, a capacidade humana de se colocar no lugar do outro, no presente (encontro entre passado e futuro), mediado pela linguagem (nem sempre transparente em si mesma). Seu ponto de partida é um “estranhamento” da realidade e pressupõe que a compreensão dos sujeitos sociais faz-se, ao mesmo tempo, pelo que é comum a todos eles (estrutura social) e pelo que é específico (contribuição peculiar de cada um), ressaltando-se, no entanto, que o peculiar deve ser entendido em função de um contexto. Assim, o que busca a hermenêutica, ao atentar para o que dizem os sujeitos, não é desvendar suas intenções ou vontades, mas ir além, considerando que o que é dito ultrapassa os desígnios de seus autores originais. Assim, discursos

e textos têm, por assim dizer, vida própria, e inserem-se num contexto sócio-histórico, adquirindo ressonância cultural, ou seja, significados e sentidos que escapam ao controle de quem os produziu.

Nessa direção, o esforço de aproximação teórico-metodológica do objeto de pesquisa pautou-se pelas seguintes questões: o que observar? Práticas informacionais num ambiente comunitário. Como abordar? Na perspectiva da hermenêutica-dialética, buscando articular compreensão e crítica. O que ver/observar? Disputas simbólicas, tal como colocadas na teoria dos campos sociais. O que produzir? Um relato interpretativo nos moldes de uma descrição densa.

CAMPO EMPÍRICO E METODOLOGIA

O Consep, enquanto *locus* da pesquisa, é considerado um campo social, no qual dois segmentos principais – o poder público e a sociedade civil – visam ao aprimoramento das políticas públicas. Como espaço político, abriga relações de poder nas quais entram em disputa os interesses dos diversos atores envolvidos, interagindo na tentativa de fazer valer seus pontos de vista e garantir a construção e o alcance de seus objetivos. Os conselhos operam, portanto, na ambientação de um “mercado de bens simbólicos”, (Bourdieu, 1982) num processo que estabelece uma luta pela hegemonia, evidenciada nos discursos em disputa os quais buscam um consenso por meio de negociações e articulações, cujas mediações são as práticas informacionais e comunicacionais.

O discurso, nesses espaços, possui uma externalidade histórica, ou seja, para existir pressupõe um discurso anterior que o sustenta, legitima e, também, possibilita a sua interpretação. Nessa perspectiva, as falas que se observaram nas reuniões do Consep e as entrevistas com os seus membros são analisadas da perspectiva de múltiplos discursos, tanto internos quanto externos àquele espaço social.

Foram observadas sete reuniões do Consep durante o período de fevereiro a agosto de 2005 e registradas declarações, narrativas, expressões, casos, relatos e demandas, originando um minucioso e detalhado relatório de cada reunião. Além disso, foram feitas doze entrevistas em profundidade, onze delas com participantes do Consep. Desses onze, sete entrevistados

eram da comunidade, dois eram da PMMG (comandante e subcomandante da companhia), um da polícia civil e um da prefeitura. O décimo segundo entrevistado foi o comandante do 34º BPM (Batalhão de Polícia Militar) ao qual se subordina a 17º CPM, que, embora não tenha participado das reuniões observadas, é convedor do desempenho do Consep 17 e de vários outros Conseps de Belo Horizonte, razão pela qual foi incluído no grupo de entrevistados.

RESULTADOS

À medida que as notas de campo e os relatórios das reuniões foram sendo lidos e relidos, visualizou-se um processo evolutivo não linear, de avanços e recuos, na produção e apropriação de informações. Evidenciou-se um conjunto de processos passíveis de serem descritos na forma narrativa, o que permitiu a descrição e interpretação de questões que perpassam as práticas de informação na segurança pública.

Perceberam-se barreiras à construção compartilhada de conhecimentos, tais como a complexidade dos problemas apresentados; a ausência de clareza sobre o papel do Consep e seus conselheiros; a excessiva informalidade, caracterizada pela ausência de registros e memórias, ocasionando descontinuidade e perdas informacionais; a concepção de criminalidade desvinculada do conjunto das relações de poder na sociedade mais ampla e, sobretudo, a ausência de agentes de mediação ou contextualização da informação no interior dos Conseps, que pudessem orientar os debates e promover melhores condições de interpretação das situações e das IEG.

Os processos de produção e leitura de informações para sua apropriação pelos conselheiros são lentos, difíceis e inconclusos. Observa-se a existência de um processo de seleção de alternativas discursivas mediadas por diferentes ofertas de sentido, produzidas por múltiplas fontes, representando diferentes perspectivas: a PMMG, a polícia civil, os representantes das associações de bairros e os moradores comuns da região, os órgãos dos poderes federal, estadual e municipal, a mídia e outros.

Apesar do esforço receptivo da polícia, que tende a buscar no Consep reconhecimento e aprovação, o fluxo informacional é quase sempre unidirecional, ou seja, da polícia para a comunidade. Prevalecem e fluem

mais facilmente as informações e os sentidos ligados ao modelo tradicional de policiamento. Na ausência de outras fontes de informação, o Consep é dominado por aquilo que se chamou de “discurso criminológico hegemônico”, que privilegia a repressão em detrimento da prevenção. Esse discurso, fortalecido pela grande mídia, tende a ocupar um espaço deixado por aquilo que a pesquisa identificou como um “vazio informacional”.

Esse vazio informacional equivale a um vazio de sentido. É produzido na medida em que a segurança é entendida e abordada, prioritariamente, como questão de polícia e não como uma construção coletiva, e na qual há pouca disposição para o compartilhamento de informações com outras organizações públicas ou comunitárias. Nessa dinâmica, as reuniões tornam-se cansativas e redundantes, sem espaço para trocas informacionais e aprendizagens mútuas. Entretanto, desde a epistemologia social de Shera (1977), como se viu no início deste texto, o que faz a informação se movimentar e gerar conhecimento são as dúvidas, questionamentos e debates que se explicitam nos ambientes sociais e coletivos, e que configuram a temporalidade das perguntas de informação de um determinado contexto histórico.

Sobre o processo de construção informacional, pode-se logo concluir que é um trajeto exaustivo, caracterizado inicialmente por acúmulo de informações desconexas, geradoras de ruído. Com algum tempo, alguns membros passam a produzir e a reconhecer um núcleo de informações relevantes. Chega-se, então, à configuração da informação em movimento: aquela que pode ser caracterizada como comunicação de experiências de vida concretas no espaço comunitário, construída a partir de subjetividades e da cultura local. Pôde-se perceber que são as informações do cotidiano local que sustentam os debates e conservam a energia social do Consep.

No decorrer do período da observação das reuniões, alguns membros deixavam de comparecer e outros chegavam com o processo em andamento, de forma que o Consep não se consolidava enquanto espaço de participação coletiva. Além disso, como as informações que sustentam o Consep parecem estar coladas às experiências locais do enfrentamento das questões de (in)segurança pública, mesmo aqueles que vivenciaram mais freqüente e intensamente as reuniões

observadas pareciam não ter, ainda, uma clara consciência da importância daquilo que estão produzindo e podem produzir como informação sobre segurança pública.

Embora não rejeitasse as IEGs o comandante manifestou, freqüentemente, desconforto com esse instrumento enquanto forma de avaliação de seu trabalho. Assim, novas formas de gestão podem estar sendo implantadas pela PMMG sem maiores discussões, ou seja, “de cima para baixo”. Verifica-se, nesse aspecto, a necessidade de trabalhar ou gerir a mudança, pois há uma verdadeira “desinformação sobre a informação”. Os policiais têm dificuldade para lidar com os SIGs não conhecem bem e nem utilizam as IEGs, possuindo apenas uma idéia geral e simplificada acerca das ocorrências na região. Nas apresentações feitas durante as reuniões, os policiais focalizaram muito mais seus problemas com o comando geral do que, por exemplo, os temores da comunidade. Observou-se que há certo receio quanto à divulgação das IEGs, pois os policiais acreditam que essas informações podem dar margem a interpretações errôneas.

Já os conselheiros dizem: “o trabalho com o geoprocessamento é formidável, mas é preciso levar em conta o que a gente está percebendo”. Com isso, querem dizer que as estatísticas policiais não captam aspectos que a comunidade percebe. Muitas denúncias, por exemplo, deixam de ser feitas porque a comunidade tem medo de represálias. Além disso, diversas ocorrências são registradas e computadas fora do local onde de fato ocorreram, muitos chamados não são respondidos ou atendidos pela PM e, ainda, no momento do cálculo das taxas de delitos e infrações, não se considera a população flutuante, por exemplo, nos finais de semana, relativamente alta nessa região da cidade. Também os moradores manifestam o temor de que a má interpretação das IEGs possa redundar em desvalorização de seus imóveis na região.

Vê-se que a informação pode gerar incertezas em função de diferenças, desigualdades e desequilíbrios

diversos. Há uma polifonia de sentidos e discursos concorrentes, embora nem todos tenham o mesmo peso no momento das decisões e ações policiais. Nesses casos, as informações podem, portanto, aumentar e, nem sempre, reduzir as incertezas.

Pode-se, por fim, dizer que, para ocorrer, o terceiro conhecimento pressupõe equilíbrio de forças no campo informacional. Não ocorre quando as estruturas são fortemente hierarquizadas, pois algumas formas de conhecimento impõem-se, rigidamente, às outras. A partir dessa constatação, ganha importância o papel da mediação. Pôde-se ver que o produto da construção informacional é, quase sempre, um recomeço, uma re-organização da realidade em novas bases, o que viabiliza determinadas ações na busca de soluções de problemas e, também, a assunção de novos desafios.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir dizendo que o vazio informacional é, na verdade, um vazio político. A ausência de movimentos sociais e de debates que politizem as discussões sobre criminalidade, enfocando a violência como expressão de conflitos sociais, leva o Consep a reunir poucas condições para produzir novas informações e conhecimentos sobre a segurança pública e a defesa social, razão pela qual corre o risco de consolidar-se como mero apêndice da PM.

Ao serem convocados a tomar parte numa discussão que, tradicionalmente, pertence ao Estado, os atores e instituições da sociedade civil necessitam ter acesso a novas formas de saber, como também ter os seus conhecimentos e informações ouvidos, confrontados e valorizados. Porém, muitas dificuldades e barreiras têm sido levantadas, pois, na realidade, compartilhar informação é compartilhar poder e, ainda, há muitas contradições nesse sentido na sociedade brasileira, sobretudo quando se trata de segurança pública. Surgem, então, novas e, ainda, não explicitadas necessidades de informação.

REFERÊNCIAS

- BEATO FILHO, C.C. Reinventando a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário. *Informativo CRISP*, v.2, 2002. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/INFO2.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2004.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução às teorias e aos métodos*. Porto: Porto, 1994.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. CD-ROM.
- CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. In: WILLIANS, M. E. (Ed). *Annual review of information science and technology*. Medford: Information Today, 2003. v.37.
- GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios sobre antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GONZALEZ DE GÓMEZ, M.N. Informação e conhecimento. *Ciência da Informação*, v.13, n.2, p.107-114, 1984.
- GONZALEZ DE GÓMEZ, M.N. O caráter seletivo das ações de informação. *Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v.5, n.2, p.7-21, 1999.
- GONZALEZ de GÓMEZ, M.N. Metodología de pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramZero: Revista de Ciência da Informação*, v.1, n.6, 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00Art_03.htm>. Acesso em: 6 maio 2005.
- LEMGUBER, J.; MUSUMECI, L.; CANO, I. *Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MARTELETO, R.M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M.A. *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa, Editora Universitária, 2002.
- MARTELETO, R.M. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para o estudo da questão do conhecimento na sociedade. *Investigación Bibliotecológica*, v.14, n.29, p.69-94, 2000.
- MARTELETO, R.M. Informação e sociedade: novos parâmetros teórico-práticos de gestão e transferência informacional. *São Paulo em Perspectiva*, v.12, n.4, p.78-82, 1998.
- MARTELETO, R.M.; VALLA, V.V. Informação e educação popular. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.8, n. esp., p.8-21, 2003.
- MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MINAYO, M.C.S. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. (Org.) *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- PAIXÃO, A.L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, P.S. (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PAIXÃO, A.L. Crime, controle social e consolidação da cidadania. In: REIS, F.W.; O'DONNELL, G. (Org.). *A democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1988.
- PAIXÃO, A.L. Polícia e segurança pública. *O Alteres*, v.9, n.30, p.27-41, 1991a.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. Segurança privada, direitos humanos e democracia – notas preliminares sobre novos dilemas políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, n.31, p.131-142, 1991b.
- PINHEIRO, P.S. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, v.9, p.45-53, 1991.
- SANTOS, B.S.S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SHERA, J.H. Sobre bibliotecología, documentación e ciencia de la información. *Boletín de la Unesco para las bibliotecas*, v.22, n.2, p.63, 1968.
- SHERA, J.H. Epistemología social, semântica geral e biblioteconomía. *Ciência da Informação*, v.6, n.1, p.9-12, 1977.
- SOUZA, E. *Avaliação do policiamento comunitário em Belo Horizonte*. 1999.185f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.